

Coluna do Castelo

JORNAL DO BRASIL

O que significa isso:

“atender a bancada”

Perguntei a um deputado do PFL o que significa exatamente “atender a bancada”. Afinal o que querem deputados e senadores do presidente da República e dos seus ministros? Participação antecipada nas decisões relativas às propostas de lei enviadas ao Congresso? Ter ciência prévia dos projetos a serem enviados? Ou simplesmente empregos ou verbas para seus feudos eleitorais? Que falta? Será o “é dando que se recebe”?

Não. Os parlamentares não querem subverter o processo legislativo, não aspiram partilhar com os ministros e assessores da Presidência da elaboração dos projetos de lei, de medidas provisórias, de decretos e portarias. Eles sabem que é na Câmara e no Senado que desempenham seu papel, discutindo as propostas, criticando os atos da alçada exclusiva do governo e votando contraria ou favoravelmente aos projetos do interesse da Presidência. Por aí eles concordam, discordam, emendam ou se omitem.

Deputados e senadores também já não pensariam em violentar uma política adotada com aplausos gerais de reduzir o empreguismo. Eles sabem que pelo menos por enquanto já não nomeiam, embora haja sempre a expectativa de que sejam favorecidos na seleção de pessoas para ocupar cargos de confiança, mas sabem também que a confiança se relaciona com quem nomeia e não com quem pretende influir no governo.

A coisa, segundo percebi, é mais simples. Em primeiro lugar eles querem um pouco de atenção. Não querem morar nas ante-salas de ministros, secretários e diretores, sinal de desprestígio. Querem receber respostas a consultas que façam. Querem saber quando um figurão vai



ao seu estado e se é possível incluí-los na comitiva. Os políticos precisam dessas e de outras manifestações de prestígio.

Mas querem também algo mais concreto. Como se

sabe, existem as verbas orçamentárias para realização de serviços e obras por todo o país, geralmente executadas através de convênios. Quando o ministro é também político a tendência é canalizar essas verbas para seu estado ou sua região. O Rio Grande do Sul, por exemplo, estaria sendo beneficiado com maior volume de convênios destinados aos serviços de educação do que os demais estados. Isso agride o interesse político e eleitoral do concorrente.

O que parlamentares desejam é que seus líderes sejam os intermediários entre as bancadas e os ministros para que os tais convênios se façam com prioridade para o interesse deles e não propriamente dos ocupantes das diversas pastas. Querem convênios, verba, isso aí. Não seria precisamente o favor pessoal, pois os recursos seriam usados apenas na área do serviço público, mas eles precisam dizer e mostrar aos seus eleitores que foram atendidos pelo governo a quem dão seu apoio.

Isso às vezes se complica. Quando o líder, por exemplo, está assoberbado por problemas pessoais que não lhe deixam disponibilidade de tempo e de cabeça para tratar dos assuntos dos seus liderados. Isso cria problemas, dificulta votações. Deputados e senadores às vezes quando negam seu voto querem mandar ao governo simplesmente essa mensagem, a de que não estão satisfeitos com seu líder.

Bem, se isso explica, as coisas não são tão más quanto se supunha. Mas também não são tão boas quanto deveriam ser.